



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

PROTOCOLO

1779/18



Requerimento

Autor: Coletivo

Requer a anulação da votação do Projeto de Lei Ordinário nº 719/2017, que “Acrescenta dispositivo à Lei nº 3.537, de 15 de abril de 2015, que “Cria o Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia – FUNDEP e o Fundo Especial de Modernização da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia – FUMORPGE e dá outras providências, por - equívoco absurdo”.

O Parlamentares que o presente subscrevem, requer à Mesa Diretora, a anulação da votação do Projeto de Lei Ordinária nº 719/17, de autoria do Poder Executivo, que “Acrescenta dispositivo à Lei nº 3.537, de 15 de abril de 2015, que “Cria o Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia – FUNDEP e o Fundo Especial de Modernização da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia – FUMORPGE e dá outras providências, em razão da votação do mencionado projeto ter ocorrido por equívoco absurdo, pois no dia 27 de novembro de 2018, o Projeto de Lei nº 1118/18, foi aprovado por este Plenário revogando a Lei nº 3.517, de 15 de abril de 2015. Diante disso, requer a anulação da votação do Projeto de Lei nº 719/17, bem como o seu arquivamento.

Plenário das Deliberações, 12 de dezembro de 2018.

Major Amarante 390 Arigolândia Porto Velho/RO.
Cep.: 76.601-911 69-3216-2016 www.ale.ro.gov.br





Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

| | | | |
|-----------------|--|--------------|----|
| PROTOCOLO | | | Nº |
| | | Requerimento | |
| Autor: Coletivo | | | |

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

Estamos apresentando este requerimento, considerando a necessidade premente em tornar nula a votação do Projeto de Lei 719/17, de autoria do Poder Executivo, que “Acrescenta dispositivo à Lei nº 3.537, de 15 de abril de 2015, que “Cria o Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia – FUNDEP e o Fundo Especial de Modernização da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia – FUMORPGE e dá outras providências, o qual fora aprovado de forma equivocada e absurda na sessão realizada no dia 11 dezembro de 2018. Considerando que o respectivo projeto de lei acrescenta dispositivos a Lei nº 3.537, de 15 de abril de 2015.

Ora, como poderemos prosseguir na tramitação de um projeto de lei que acrescenta dispositivos a uma lei que já fora aprovada em plenário a sua revogação. Dessa forma, trata-se de um equívoco absurdo e que em hipótese alguma pode ser dado prosseguimento a tal tramitação.

Muito embora, reconheçamos que a nossa proposta é algo extremo, porém deve ser feito, pois é inadmissível pensar ou imaginar em um projeto de lei aprovado e que em tese poderá tornar-se uma lei, em que acrescenta dispositivo em uma lei que já fora aprovada em plenário a sua revogação.

Diante disso, não nos cabe outra alternativa, senão tornar nula de pleno direito a votação efetivada do Projeto de Lei 719/17, procedida no dia 11 de dezembro de 2018, o que ocorrera de forma equivocada, pois fora inserida em ultima hora na Ordem do Dia e recebera parecer em plenário, sem que fosse observada a perda do seu objeto.

Portanto, solicitamos o apoio e o voto dos Nobres Pares, a fim de aprovarmos o nosso requerimento ora proposto.

Major Amarante 390 Arigolândia Porto Velho/RO.
CEP: 76.801-911 67.9216.2016 www.ale.ro.gov.br

